








CONTEÚDO PROGRAMÁTICO
CONCURSO ADAF - EDITAL 2018

Ao se matricular no curso combo (...)





Legenda:  **Conteúdo disponível no curso combo em vídeo aulas + material complementar.**

 **Conteúdo disponível no curso combo em formato de legislações em PDF, para leitura (sem videoaulas).**























Conhecimentos Básicos – Fiscal Agropecuário Médico Veterinário e Médico Veterinário

1. Língua Portuguesa	
2. Noções de Informática	
3. Raciocínio Lógico	
4. Noções de Direito Administrativo	
5. Noções de Direito Constitucional	
6. Leis Estaduais	
6.1. Lei nº 1.762, de 14/11/1986; 6.2. Lei nº 2.794, de 06/05/2003; 6.3. Lei nº 3.801, de 29/08/2012; 6.4. Lei nº 4.417, de 29/12/2016; 6.5. Lei nº 3.503 de 12 de maio de 2010; 6.6. Lei nº 4.029 de 06 de maio de 2014. 7. Lei nº 4.575 de 09 de abril de 2018; 6.7. Lei nº 4.575 de 09 de abril de 2018.	

Conhecimentos Específicos – Fiscal Agropecuário Médico Veterinário

1. Programas nacionais de Defesa Sanitária Animal	
1.1. Instrução Normativa nº 10, de 3 de março de 2017 - Fica estabelecido o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e da Tuberculose Animal - PNCEBT e a Classificação das Unidades da Federação de acordo com o grau de risco para as doenças brucelose e tuberculose, assim como a definição de procedimentos de defesa sanitária animal a serem adotados de acordo com a classificação, na forma desta Instrução Normativa.	
1.2. Instrução Normativa nº 45, de 15 de junho de 2004 - Aprovar as Normas para a Prevenção e o Controle da Anemia Infecciosa Equina - A.I.E.	
1.3. Instrução Normativa nº 06, de 16 de janeiro de 2018 - Aprova as Diretrizes Gerais para Prevenção, Controle e Erradicação do Mormo no Território Nacional, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos (PNSE), na forma desta Instrução Normativa.	
1.4. Instrução Normativa MAPA nº 17 de 06 de maio de 2008 - Instituir o Programa Nacional de Sanidade dos Equídeos – PNSE	

1.5. Instrução Normativa MAPA nº 44 de 02 de outubro de 2007 - Aprovar as diretrizes gerais para a Erradicação e a Prevenção da Febre Aftosa a serem observados em todo o Território Nacional, com vistas à implementação do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa (PNEFA), conforme o estabelecido pelo Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária.	✓
1.6. Manual de procedimentos para atenção de suspeitas de doenças vesiculares, do panafiosa. –	✓
1.7. Portaria nº 116, de 20 de setembro de 2017 - Aprovar o Plano Estratégico do Programa Nacional de Erradicação e Prevenção da Febre Aftosa - PNEFA para 2017–2026 -	●
1.8. Instrução Normativa SDA nº 17, de 7 de abril de 2006 - Aprovar, no âmbito do Programa Nacional de Sanidade Avícola, o Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Controle e Prevenção da Doença de Newcastle em todo o território nacional	✓
1.9. Instrução Normativa MAPA nº 47 de 18 de junho de 2004 - Aprovar o Regulamento Técnico Do Programa Nacional De Sanidade Suídea	✓
1.10. Instrução Normativa nº 19 de 15 de fevereiro de 2002 - Aprovar as Normas a serem cumpridas para a Certificação de Granjas de Reprodutores Suídeos	✓
1.11. Instrução Normativa MAPA nº 87 de 10 de dezembro de 2004 - Aprovar o Regulamento Técnico do Programa Nacional de Sanidade dos Caprinos e Ovino	✓
1.12. Instrução Normativa nº 16, de 8 de maio de 2008 - Instituir o Programa Nacional de Sanidade Apícola PNSAp, no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	✓
1.13. Instrução Normativa MPA nº 4, de 4 de fevereiro de 2015 - Institui o PNSAA de Cultivo	●
1.14. Portaria SDA/MAPA nº 168 de 27 de setembro de 2005 - Aprovar o Manual Técnico para o Controle da Raiva dos Herbívoros.	✓
1.15. Instrução Normativa MAPA Nº 5, de 1º de março de 2002 - Aprovar as Normas Técnicas para o controle da raiva dos herbívoros domésticos, em conformidade com o Anexo a esta Instrução Normativa.	✓
1.16. Instrução Normativa Ministerial nº 41, de 8 de outubro de 2009 - Aprovar os procedimentos a serem adotados na fiscalização de alimentos de ruminantes em estabelecimentos de criação e na destinação dos ruminantes que tiveram acesso a alimentos compostos por subprodutos de origem animal proibidos na sua alimentação, na forma dos Anexos à presente Instrução Normativa.	✓
1.17. Instrução Normativa nº 8, de 25 de março de 2004 - Proibir em todo o território nacional a produção, a comercialização e a utilização de produtos destinados à alimentação de ruminantes que contenham em sua composição proteínas e gorduras de origem animal.	✓
2. Aspectos clínicos e epidemiológicos, e diagnóstico clínico e laboratorial:	
2.1. Raiva Dos Herbívoros, Doença De Aujeszky, Encefalopatia Espongiforme Bovina, Brucelose E Tuberculose Bovina E Bubalina, Anemia Infecciosa Equina, Mormo, Peste Suína Clássica, Salmonelose Aviária, Newcastle, Micoplasmose Aviária, Influenza Aviária, Febre Aftosa.	✓
2.2. Encefalomilite Equina, Salmonelose Suína, Marek, Influenza Equina, Estomatite Vesicular, Diarreia Viral Bovina, Rinotraqueíte Infecciosa Bovina, Carbúnculo Hemático E Sintomático.	●
3. Ações de vigilância utilizadas em defesa sanitária animal.	✓
4. Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (SUASA).	✓
5. Instrução Normativa MAPA nº 19, de 3 de maio de 2011 - Estabelecer em todo o Território Nacional a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA) na sua forma eletrônica e-GTA, para a movimentação	●

6. Instrução Normativa MAPA Nº 18 de 18 de julho de 2006 - Aprovar o modelo da Guia de Trânsito Animal (GTA) a ser utilizado em todo o território nacional para o trânsito de animais vivos, ovos férteis e outros materiais de multiplicação animal conforme legislação vigente (Anexo I ; Anexo II)	
7. Portaria MAPA nº 162 de outubro de 1994 - Aprova as Normas complementares que versam sobre a Fiscalização e o Controle Zoossanitário das Exposições, Feiras, Leilões e outras aglomerações de animais, em todo território Nacional	
8. Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal	
8.1. Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950	
8.2. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 e sua alteração promovida pela Lei nº 12.341, de 1º de dezembro de 2010	
9. Regulamentação da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950	
10. Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989	
11. Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 e alteração introduzida pelo Decreto nº 9.069 de 31 de maio de 2017	
12. Portaria 711 de 1º de novembro de 1995 e alteração introduzida pela Portaria nº 155, de 17 de agosto de 2016 - Aprovar as Normas Técnicas de Instalações e Equipamentos para Abate e Industrialização de Suínos	
13. Portaria nº 210 de 10 de novembro de 1998 - Aprovar o Regulamento Técnico da Inspeção Tecnológica e Higiênico-Sanitária de Carne de Aves	
14. Boas Práticas de Fabricação	
14.1. Portaria nº 368, de 04 de setembro de 1997 - Aprovar o Regulamento Técnico sobre as Condições Higiênico-Sanitárias e de Boas Práticas de Fabricação para Estabelecimentos Elaboradores / Industrializadores de Alimentos	
15. Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPOH) e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).	
15.1. Portaria nº 46, 10 de fevereiro de 1998 – Institui o Sistema de APPCC a ser Implantado Gradativamente nas Industrias de POA	
16. Instrução Normativa nº 03, de 17 de janeiro de 2000 - Aprovar o Regulamento Técnico de Métodos de Insensibilização para o Abate Humanitário de Animais de Açougue	
17. Instrução Normativa nº 20 de 21 de outubro de 2016 - Estabelece o controle e o monitoramento de Salmonella spp. nos estabelecimentos avícolas comerciais de frangos e perus de corte e nos estabelecimentos de abate de frangos, galinhas, perus de corte e reprodução, registrados no Serviço de Inspeção Federal (SIF), com objetivo de reduzir a prevalência desse agente e estabelecer um nível adequado de proteção ao consumidor	
18. Conhecimento básico de epidemiologia, análise de risco e bioestatística.	
19. Inspeção e Tecnologia de POA	
19.1. Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal.	
19.2. Identidade e qualidade de produtos de origem animal.	
19.3. Tecnologia de produtos de origem animal.	
20. Doenças transmitidas por alimentos.	
21. Educação Sanitária	
22. Bem-estar animal	
23. Lei Estadual nº 2.923, de 27 de outubro de 2004 - Reestrutura o Sistema Estadual de Defesa Sanitária Animal e dá outras providências	
23.1. Lei Estadual nº 2.944, de 08 de março de 2005 – Altera a Lei Estadual nº 2.923, de	

27 de outubro de 2004	
23.2. Decreto Estadual nº 25.583, de 28 de dezembro de 2005 - Regulamenta a lei nº 2.923, de 27 de outubro de 2004, alterada pela lei nº 2.944, de 08 de março de 2005, que reestrutura o sistema estadual de defesa sanitária animal e dá outras providências	<input type="radio"/>
24. Lei Estadual nº 4.223, de 08 de outubro de 2015 - Dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal no Estado do Amazonas e dá outras providências	<input type="radio"/>
24.1. Decreto Estadual Nº 37.434 de 07/12/2016 - Regulamenta a Lei nº 4.223 de 08 de outubro de 2015, que dispõe sobre a Inspeção Industrial e Sanitária de produtos de Origem Animal no Estado do Amazonas	<input type="radio"/>

Conhecimentos Específicos – Médico Veterinário

1. Anatomia, fisiologia, patologia e clínica médico-veterinária dos animais de interesse comercial e de produção de alimentos.	<input type="radio"/>
2. Reprodução de Animais de Produção: Anatomia e fisiopatologia da reprodução de herbívoros ruminantes e não ruminantes.	<input type="radio"/>
3. Doenças de Notificação Obrigatória.	<input checked="" type="checkbox"/>
4. Vigilância Sanitária e Ambiental: Legislação Federal do Sistema Nacional de Vigilância Sanitária, do Meio Ambiente e da Saúde.	<input type="radio"/>
5. Código de ética médico veterinário.	<input type="radio"/>
6. Doenças de notificação compulsória.	<input checked="" type="checkbox"/>
7. Métodos de eutanásia recomendados para animais domésticos e de produção.	<input type="radio"/>
8. Zoonoses: Enfermidades de animais domésticos e de produção e silvestres transmissíveis ao homem.	<input checked="" type="checkbox"/>
8.1. Vigilância de Zoonoses: <ul style="list-style-type: none"> ✓ Raiva; ✓ Toxoplasmose; ✓ Leptospirose; ✓ Leishmaniose; ✓ Febre amarela; ✓ Dengue; ✓ Hantavirose; ✓ Esquistossomose; ✓ Brucelose; ✓ Tuberculose; ✓ Salmonelose; ✓ Mormo. 	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/> <input type="radio"/>
9. Acidentes com animais peçonhentos, acidentes com lonomia, exposição à agrotóxicos.	<input type="radio"/>
10. Vigilância Epidemiológica e controle de zoonoses: leptospirose, raiva, leishmaniose (visceral e cutânea), esquistossomose, dengue, febre amarela, malária, febre maculosa, toxoplasmose, doença de chagas, brucelose, tuberculose, hantavírus, biologia e controle de roedores, vetores, artrópodes, animais peçonhentos e reservatórios.	<input checked="" type="checkbox"/>
11. Vigilância epidemiológica das doenças veiculadas por produtos de origem animal.	<input checked="" type="checkbox"/>
12. Inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal (Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, Lei nº 7.889, de 23 de novembro de 1989 e sua alteração promovida pela Lei nº 12.341, de 1º de dezembro de 2010).	<input checked="" type="checkbox"/>
13. Regulamentação da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950 e Lei nº 7.889, de 23 de	<input checked="" type="checkbox"/>

novembro de 1989 (Decreto nº 9.013 de 29 de março de 2017 e alteração introduzida pelo Decreto nº 9.069 de 31 de maio de 2017).	
14. Instrução Normativa nº 03, de 17 de janeiro de 2000.	✓
15. Instrução Normativa nº 20 de 21 de Outubro de 2016.	✓
16. Portaria 711 de 1º de novembro de 1995 e alteração introduzida pela Portaria nº 155, de 17 de agosto de 2016).	✓
17. Portaria nº 210 de 10 de novembro de 1998.	✓
18. Boas Práticas de Fabricação (BPF).	✓
19. Procedimento Padrão de Higiene Operacional (PPOH) e Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC).	✓
20. Análises microbiológicas e físico-químicas de produtos de origem animal.	✓
21. Identidade e qualidade de produtos de origem animal.	✓
22. Tecnologia de produtos de origem animal.	✓
23. Doenças transmitidas por alimentos.	✓
24. Educação Sanitária.	✓
25. Bem-estar animal.	✓
26. Resíduos de drogas veterinárias em produtos de origem animal: importância, controle e legislação.	●
27. Programas Nacionais de Defesa Sanitária Animal (PNCEBT, PNSE, PNEFA, PNSA, PNSS, PNSCO, PNSAp, PNSAA, PNCRH, PNEEB).	✓
28. Manual de procedimentos para atenção de suspeitas de doenças vesiculares, do panafetosa.	✓
29. Lei Estadual nº 2.944, de 08 de março de 2005.	●
30. Lei Estadual nº 2.923, de 27 de outubro de 2004.	●
31. Decreto Estadual nº 25.583, de 28 de dezembro de 2005.	●
32. Lei Estadual nº 4.223, de 08 de outubro de 2015. 34. Decreto Estadual Nº 37.434 de 07/12/2016.	●